



# CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

## Requerimento de Comissão

REQUERIMENTO **2635/2023**

Conforme determina o art. 120 do Regimento Interno, esta Comissão de Orçamento e Finanças Públicas é responsável por emitir parecer sobre os projetos de Lei relacionados ao Plano Plurianual de Ação Governamental – PPAG – e à Lei de Orçamento Anual – PLOA.

Assim, proponho a esta Comissão os critérios técnicos que serão avaliados para recebimento e apreciação de emendas ao PLOA 2024 e à Revisão do PPAG 2022-2025:

### 1. Critérios para apreciação de emendas

#### ➤ Forma de apresentação:

1. Emenda individual: Sistemas Controle de Emendas ao PLOA – CEO – e Controle de Emendas ao PPAG – CEPP.
2. Emenda coletiva: Fisicamente no protocolo Dirleg ou pelo e-mail Protocolo Dirleg <protocolodirleg@cmbh.mg.gov.br>.

#### ➤ Prazo:

1. Emendas individuais e emendas da Comissão de Orçamento e Finanças Públicas: **9h de 23/10/2023 às 16h de 1º/11/2023**, sem interrupção.
2. Emendas coletivas e emendas das demais Comissões: **9h de 23/10/2023 às 9h de 1º/11/2023**, sem interrupção, tendo em vista a necessidade de procedimentos diversos para inserção das emendas nos sistemas CEO e CEPP pela Seção de Consultoria em Administração e Finanças Públicas – SECCAF. Emendas protocoladas fisicamente ou por e-mail no Protocolo Dirleg serão inseridas nos sistemas até às 16h de 1º/11/2022. Para ordem de apresentação, será considerado o momento de inserção da emenda nos sistemas CEO e CEPP pela SECCAF.

#### ➤ Retirada de emendas:

1. Emendas ao PLOA: durante o prazo de apresentação, serão retiradas pelo próprio vereador, por meio do sistema CEO; após o prazo de apresentação, por meio de requerimento dirigido ao presidente da Câmara Municipal;
2. Emendas ao PPAG: apenas por meio de requerimento dirigido ao presidente da Câmara Municipal.



## CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

- Para as emendas de mesmo autor e que possuem o mesmo objeto do gasto e mesma classificação de acréscimo, será considerada a última, como uma correção das demais. Caso as emendas sejam idênticas, será considerada a primeira.
- A emenda deverá conter informações suficientes à identificação do objeto de gasto e a sua total compreensão.
- Na dedução de valores da Reserva de Recursos para Emendas Individuais, serão fixados para cada vereador R\$ 4.156.110,00 (quatro milhões setenta e oito mil cento e dez reais).
  1. No mínimo R\$ 2.078.055,00 (dois milhões setenta e oito mil e cinquenta e cinco reais) devem ser destinados a ações e serviços públicos de saúde - vedada a destinação para pagamento de pessoal ou encargos sociais (art. 132, §§4º-A e 4º-B da LOMBH);
  2. Até R\$ 1.039.027,00 (um milhão trinta e nove mil e vinte e sete reais) podem ser destinados a pessoas jurídicas de direito privado sem fins lucrativos e até R\$2.078.055,00 (dois milhões setenta e oito mil e cinquenta e cinco reais) destinados a pessoas jurídicas de direito privado sem fins lucrativos, incluídas as que destinem, no mínimo, 60% (sessenta por cento) de seus serviços de saúde, ambulatoriais e hospitalares exclusivamente ao SUS (art. 132, §§4º-I e 4º-L da LOMBH).
  3. Os limites do item 2 não se aplicam às instituições que se caracterizem como pessoas jurídicas de direito privado sem fins lucrativos que destinem 100% (cem por cento) de seus serviços de saúde, ambulatoriais e hospitalares exclusivamente ao Sistema Único de Saúde - SUS.
- Será obrigatório para a apresentação de emendas pelo CEO o aceite da declaração: "O vereador declara que caso a emenda destine recurso para entidade privada, a entidade beneficiada atende a todos os requisitos da Lei Federal nº 13.019/2014 e do Decreto Municipal nº 16.746/2017, bem como que, para fins do disposto no Art. 4º, I da Resolução nº 2.049/2002, nela não há participação: do próprio vereador; de seu cônjuge ou parente, de um ou de outro, de até segundo grau; de pessoa jurídica direta ou indiretamente controlada pelo vereador, ou que aplique recurso recebido em atividade que não corresponda a suas finalidades, previstas em estatuto."

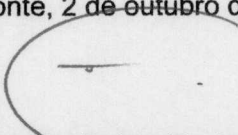




## CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

- As emendas cuja dedução seja realizada em outras dotações, que não a Reserva de Recursos para Emendas Individuais, não serão consideradas emendas individuais de execução obrigatória nos termos dos §§ 4º-A a 4º-N do art. 132 da LOMBH.
- Por não haver autorização pela LOMBH, não será permitida a utilização de valores da Reserva de Recursos para Emendas Individuais em emendas coletivas ou de comissão, nem transferência de cota de um vereador a outro.
- A indisponibilidade dos sistemas eletrônicos somente poderá justificar prorrogação do prazo caso ocorra no último dia deste e seja confirmada como indisponibilidade direta nos bancos de dados e demais meios pelos quais são validados os protocolos dos sistemas utilizados, mediante ofício emitido pela Coordenação de Informática da CMBH.
- A apresentação de emendas deve observar a compatibilidade entre os projetos de Lei do Orçamento Anual 2024 e à Revisão do PPAG 2022-2025.
- Para cumprir o disposto pelo art. 50, parágrafo único, da Lei de Diretrizes Orçamentárias (Lei nº 11.594/2023 - LDO), será feita a contabilização dos 30% (trinta por cento) de dedução de cada dotação orçamentária por ordem de apresentação das emendas de caráter autorizativo, tendo prioridade as emendas decorrentes de sugestões populares apresentadas por esta comissão.
- Não poderão ser apresentadas emendas ao Projeto de Lei do Orçamento Anual 2024 de caráter autorizativo que aumentem o valor de dotações orçamentárias com recursos provenientes de contrapartida obrigatória do Tesouro Municipal a recursos transferidos ao Município.

Belo Horizonte, 2 de outubro de 2023.

  
Vereador Cleiton Xavier  
Presidente da Comissão de Orçamento e Finanças Públicas

Ver. Cleiton Xavier  
Câmara Municipal de Belo Horizonte

Ao Senhor  
Vereador Cleiton Xavier  
Presidente da Comissão de Orçamento e Finanças Públicas

Proposição Inicial  
Avulsos distribuídos em:  
03 / 10 / 2023  
CGM - 526  
Responsável pela distribuição

**Comissão de Orçamento e Finanças Públicas**  
**Parecer em Primeiro Turno - Projeto de Lei Nº 548/2023**

**Voto do Relator**

**Relatório**

O projeto de Lei nº 548/2023 dispõe sobre o bônus tecnológico e a bolsa de estímulo à inovação no ambiente produtivo no Município de Belo Horizonte.

Encaminhado, preliminarmente, à Comissão de Legislação e Justiça, esta concluiu por sua constitucionalidade, legalidade e regimentalidade. Posteriormente, foi examinado pela Comissão de Educação, Ciência, Tecnologia, Cultura, Desporto, Lazer e Turismo que emitiu parecer pela aprovação. Por fim, antes de vir a esta análise, o texto passou pelo olhar da Comissão de Administração Pública que também entregou parecer pela aprovação.

Encaminhado a esta comissão para receber parecer quanto ao mérito em 1º turno, nos termos do art. 52, "b", "c" e "e" do Regimento Interno desta Casa, passo à fundamentação do meu parecer e voto.

**Fundamentação**

Em resumo, o Projeto de Lei nº 548/2023 tem como objetivo incentivar a inovação e o desenvolvimento tecnológico em Belo Horizonte, fornecendo apoio financeiro e recursos para empresas e pesquisadores que trabalham nessas áreas. Ele estabelece diretrizes para a concessão desses benefícios, visando estimular o progresso tecnológico na cidade.

Este projeto prevê a concessão de um bônus tecnológico a microempresas e empresas de pequeno e médio porte. Esse bônus será financiado com recursos orçamentários municipais e será utilizado para apoiar atividades de pesquisa,

desenvolvimento tecnológico, extensão tecnológica, proteção da propriedade intelectual e transferência de tecnologia.

Além do bônus tecnológico, o projeto de lei autoriza a concessão de bolsas para a formação e capacitação de recursos humanos, bem como para a atração de especialistas em instituições de ciência e tecnologia (ICTs) e empresas. Essas bolsas visam apoiar projetos de pesquisa, desenvolvimento tecnológico, inovação, extensão tecnológica, proteção de propriedade intelectual e transferência de tecnologia

Em resumo, o projeto de lei tem como objetivo incentivar a inovação e o desenvolvimento tecnológico em Belo Horizonte, fornecendo apoio financeiro e recursos para empresas e pesquisadores que trabalham nessas áreas. Ele estabelece diretrizes para a concessão desses benefícios, visando estimular o progresso tecnológico na cidade.

Em relação a aplicação do projeto com o seguimento da Lei Orçamentária e da Lei de Responsabilidade Fiscal, podemos concluir que o texto não afeta ambas as normas, uma vez que os recursos serão provenientes do Fundo Municipal de Desenvolvimento Econômico de Belo Horizonte - FUMDEBH. A utilização de tal fundo para aplicação da lei é válida, tendo em vista que esse fundo foi instituído com a finalidade específica de promover o desenvolvimento econômico local e o estímulo à inovação.

Assim, ao alocar os gastos do projeto ao Fundo Municipal de Desenvolvimento de Belo Horizonte (FUMDEBH), asseguramos que os meios financeiros essenciais para sua realização provêm de uma fonte designada exclusivamente para esse propósito, em total conformidade com os princípios da responsabilidade fiscal e da eficaz administração dos recursos públicos.

Além da análise referente às normas financeiras do município, podemos ver que o projeto colabora de inúmeras formas com o desenvolvimento econômico e com as finanças públicas de Belo Horizonte. Dentre elas, podemos destacar a possibilidade do estímulo à inovação, que pode incentivar o crescimento de microempresas e empresas de pequeno e médio porte em Belo Horizonte, aumentando a geração de empregos e a atividade econômica na cidade, o que, por sua vez, pode levar a um aumento na arrecadação de impostos municipais.

Por fim, o apoio trazido à pesquisa e à inovação por meio do projeto apresentado, consegue contribuir para a geração de conhecimento na cidade, o que pode ser compartilhado com outras instituições e setores, enriquecendo a base de conhecimento local e promovendo o desenvolvimento sustentável.

### **Conclusão**

Assim, ante as razões expostas, opino pela aprovação do Projeto de Lei nº 648/2023

Belo Horizonte, 02 de outubro de 2023

  
**Vereador Cleiton Xavier**

Relator

*Ver. Cleiton Xavier  
Câmara Municipal de Belo Horizonte*



# CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

## RESPOSTAS EM PAUTA

### 34ª REUNIÃO ORDINÁRIA

#### Comissão de Orçamento e Finanças Públicas

As respostas em pauta já foram publicadas e os conteúdos poderão ser consultados diretamente no Portal da Câmara Municipal, <https://www.cmbh.mg.gov.br/atividade-legislativa/pesquisar-proposicoes>, na pesquisa pelo tipo de proposição “Requerimento de Comissão” ou “Indicação”, seguido do respectivo número do requerimento/da indicação e do ano.



## CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

**Ofício Dirleg nº 7991/2023**

Belo Horizonte, 3 de outubro de 2023.

Senhor Presidente,

Informo a V. Exa. e aos nobres membros deste colegiado que, na presente data, fui comunicado pela Sra. Marina Guimarães Silva Bitencourt, Diretora de Emendas Parlamentares da Prefeitura de Belo Horizonte, acerca do cancelamento da reunião para apresentação do Portfólio de Emendas Parlamentares às vereadoras e aos vereadores, que se daria no dia 9 próximo.

Ainda, a Sra. Marina informa que o Portfólio será enviado diretamente às vereadoras e aos vereadores, e que será aberto prazo para que eventuais dúvidas possam ser solucionadas diretamente com os responsáveis na PBH. A forma de encaminhamento destas dúvidas também será comunicada pela Sra. Marina, na oportunidade em que forem enviados os documentos acima mencionados.

Sendo o que cumpria informar, coloco-me à disposição de V. Exa. para eventuais esclarecimentos que se façam necessários.

Atenciosamente,

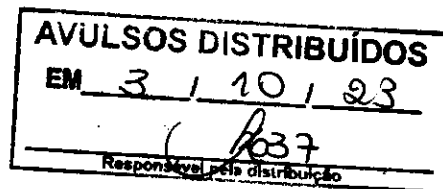
  
Lucas Leal Esteves

Diretor de Processo Legislativo

Ao Exmo. Vereador

Professor Cleiton Xavier

Presidente da Comissão de Orçamento e Finanças Públicas



5829 715

RECEBUEMOS 03/10/2023 14:00